



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ**

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ- IPDSA  
CONSELHO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE - CODEMA

## V REUNIÃO ORDINÁRIA 2016

---

**Data:** 13/07/2016

**Horário:** das 08h30min às 12:00 horas

**Local:** Maçônica, Av. Pedro Honorato da Silva (Av. Ecológica)

**Presidente:** Paulo de Souza Júnior

**Secretário:** Rodrigo Machado Ribeiro

### **PARTICIPANTES:**

<b>CONSELHEIRO</b>	<b>REPRESENTAÇÃO</b>
1. Calimério Antônio Guimarães	Instituto Mineiro de Agropecuária
2. Franklin Almeida da Costa	Empresa mineradora do município - CBMM
3. Janaína Aparecida Alves	Órgão Ambiental da Administração Pública
4. Johnny Nolli Júnior	Associação dos Ruralistas do Alto Paranaíba – ARAP
5. Gilberto Alves Faria	COPASA
6. Giovanni Marcos Leonel	SEMAD – Núcleo Araxá
7. Murilo Alencar Alves	EMATER
8. Murilo Borges de Castro Alves	Instituto Ambiental Araxás
9. Paulo de Souza Junior	IPDSA
10. Paulo Roberto Camargos	Notório Saber
11. Sebastião Donizete de Souza	Secretaria Municipal de Obras e Mobilidade Urbana
12. Valéria Conde Siero Corrêa	Reserva Ecocerrado Brasil

<b>Secretaria Executiva / Convidados</b>	<b>REPRESENTAÇÃO</b>
1. Rodrigo Machado Ribeiro	IPDSA
2. Viviane Lima de Carvalho	IPDSA
3. Luciano	
4. Fernando	
5. Viviani	
6.	

### **Ausências justificadas:**

Antonio Geraldo Alves Ribeiro

Domingos Sávio de Souza

Lucas Marcondes Borges



## PAUTA:

- ✓ **Exame da Ata da IV RO de 08/06/2016**
- ✓ **Informes**
- ✓ **Apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança de edifício residencial multifamiliar**
  - **Requerente:** JLX Administração de bens Ltda.
  - **Processo:** 3934/2016
  - **Local:** Av. Getulio Vargas, 500
- ✓ **Nomeação de comissão para vistoria ao loteamento Claudomiro;**
  - **Local:** Bairro Boa Vista
- ✓ **Encerramento.**

## MEMÓRIA DA REUNIÃO

1 O presidente iniciou a quinta reunião ordinária do CODEMA as 08h:30min agradecendo a presença de  
2 todos os conselheiros. O primeiro item da pauta foi a aprovação da ata da IV Reunião Ordinária do CODEMA, o  
3 presidente questionou os conselheiros se havia alguma critica ou consideração para ser incluída em ata. O  
4 conselheiro Murilo Castro explicou que já havia entrado em contato considerando a criação de um mecanismo para  
5 fiscalizar as informações constantes nas atas para não haver decisões futuras confrontando com decisões anteriores.  
6 Por exemplo, a COPASA entregou um relatório com os resultados das análises deles, entendendo que era para ser  
7 entregue anualmente, entretanto, em ata na reunião de setembro de 2015 que a COPASA concordava em fazer  
8 semestralmente a apresentação dos resultados. Então, a proposta é para evitar conflitos de atas anteriores com as  
9 atuais. O conselheiro Murilo Castro enviou suas considerações por email referente a procedimentos operacionais  
10 do IPDSA, e informou que considera a ata aprovada. O presidente perguntou se os demais conselheiros aprovaram  
11 a ata, e sem nenhuma objeção a ata foi aprovada. O segundo item da pauta foi os informes e o presidente passou a  
12 palavra novamente para o conselheiro Murilo Castro. Murilo explicou que procura estar sempre coerente com  
13 nosso regimento que define ao plenário “manter-se informado das atividades poluidoras ou potencialmente  
14 poluidoras de forma a compatibilizá-la com as normas e padrões ambientais vigentes denunciando qualquer  
15 alteração que provoque impacto ou desequilíbrio ecológico”. Então a atuação do CODEMA trata prioritariamente  
16 do desenvolvimento urbano, mas tem essa obrigação aqui no regimento interno do CODEMA. Ressaltou que o  
17 Instituto Ambiental Araxás tentará nos manter informados sobre algumas questões ambientais do município como  
18 a reunião realizada entre o IAA e a equipe da CBMM na qual foi apresentado um relatório de diagnóstico  
19 ambiental da CBMM, com dados sobre emissão de material de chaminés e de águas superficiais, por exemplo.  
20 Ainda ressaltou que uma das preocupações do presidente da CBMM é procurar dar transparência à comunidade  
21 sobre o diagnóstico ambiental da empresa. Além disso, a empresa se prontificou a enviar de forma documentada os  
22 números apresentados na reunião. O segundo assunto foi referente a uma visita realizada no aterro sanitário, o  
23 conselheiro Murilo Castro destacou que ficou surpreendido, positivamente, pois o aterro está muito bem conduzido



24 com processo de aterro funcionando. Ressaltou que o aterro é muito bem gerenciado pelo Belmiro, que é uma  
25 pessoa preparada tecnicamente para este serviço. Lembrou que daqui a três anos estará expirando a área de  
26 lançamento do aterro, então sugeriu que fosse apresentado um plano para reservar verba para o próximo ano para  
27 projetos de engenharia para que em 2018 se faça a expansão do aterro. Dessa forma pretende-se organizar um  
28 planejamento, a fim de evitar fazer coisas as pressas e improvisadas, finalizou o conselheiro Murilo Castro. O  
29 presidente passou a palavra para Adailson técnico da COPASA, para esclarecer essa questão do prazo de entrega  
30 dos relatórios. Adailson explicou que a COPASA irá assumir o compromisso da primeira ata de entregar  
31 semestralmente o relatório das análises em julho e janeiro. O presidente pediu uma inversão nos itens da pauta da  
32 reunião. Dessa forma passou-se para o item quatro, a nomeação de uma comissão de vistoria para o loteamento  
33 Claudomiro no bairro Boa Vista. Esse loteamento já foi aprovado pela prefeitura no ano de 2008 e o empreendedor  
34 não fez todos os lotes que estavam no projeto, agora ele quer retornar para implantar os lotes restantes e então  
35 estou pedindo para que se nomeie uma comissão para que o conselho possa contribuir ao projeto, explicou o  
36 presidente. Ao mesmo tempo em que o atendemos na parte legal, porque ele tem direito, nós conseguimos fazer  
37 algumas melhorias do que já foi feito. Assim, gostaria de nomear uma comissão de três ou quatro conselheiros,  
38 além do engenheiro Igor e o biólogo Rodrigo do IPDSA para acompanhar a comissão. Os conselheiros(as) Valéria,  
39 Murilo Alencar e o Giovanni foram escolhidos para compor a comissão. Sendo assim, o Rodrigo irá entrar em  
40 contato com os conselheiros escolhidos para marcar melhor data para realização da vistoria, finalizou o presidente.  
41 O próximo item da pauta foi a apresentação do estudo de impacto de vizinhança do edifício multifamiliar na Av.  
42 Getulio Vargas nº500. A engenheira Viviani representando a JLX Administradora de Bens Ltda. irá apresentar o  
43 EIV para o conselho e posteriormente a outra engenheira Viviane Lima apresentará o parecer técnico do IPDSA em  
44 relação ao empreendimento. O presidente passou a palavra para a engenheira Viviani da JLX Administradora de  
45 Bens Ltda.. Viviani explicou que o prédio está sendo construído dentro de uma área que já existe um edifício  
46 comercial aprovado, localizado na esquina da Getulio Vargas com a Av. Senador Montandon. Então esse Estudo  
47 de Impacto de Vizinhança - EIV (**anexo 01**) que será apresentado agora é só da parte da construção residencial do  
48 empreendimento. No início faz-se as considerações legais considerando o que as leis de uso e ocupação de solo  
49 estabelecem para área. Como o prédio está sendo construído com a frente voltada para Av. Senador Montandon  
50 permite que este tipo de empreendimento seja construído, explicou Viviani. Foram exibidos os pontos e parâmetros  
51 da área total do imóvel abrangendo a área residencial e comercial. Também foram exibidos parâmetros  
52 considerando apenas o espaço do empreendimento residencial. Viviani explicou que o prédio terá 55 apartamentos  
53 com onze andares, cada andar com quatro apartamentos de dois quartos e um de quarto individual. O número de  
54 vagas totais de estacionamento são de 60 vagas. Foram exibidas as plantas do empreendimento, e quadros com as  
55 áreas totais e por pavimentos. Ela explicou que foi considerada uma área maior de impacto na vizinhança na qual  
56 se demonstrou alguns pontos nos principais eixos viários que serão afetados pelo empreendimento localizados na  
57 Av. Getulio Vargas, Av. Imbiara e Av. Senador Montandon. Esses pontos também são os locais os quais permitem  
58 ser realizadas alterações, a fim de aprimorar o tráfego na região após instalação dos empreendimentos. Mostrou  
59 outra área menor na quadra que é área de influencia dos vizinhos que será impactada na fase de obra. Foi exibida



60 uma análise de circulação das vias, uma caracterização geral da área de vizinhança ressaltando os serviços e  
61 equipamentos disponíveis com relação a escolas, centros médicos, transporte público e de saneamento. Ainda foi  
62 feito um levantamento do fluxo dos principais eixos viários considerando os três horários de pico (manhã, almoço e  
63 a tarde). Os estudos de níveis de serviços foram baseados no estudo de Niterói com base no padrão Americano do  
64 ITE, explicou Viviani. Foi demonstrado o cálculo do nível de serviço e as situações previstas nos principais  
65 cruzamentos, sendo que o ponto crítico ficou no cruzamento entre Av. Senador Montandon com Av. Imbiara. Foi  
66 exibido um estudo sobre a geração de viagens, pois existe um ponto comercial que atrai viagens e um prédio  
67 residencial que gera viagem. Pros níveis nacionais no horário de pico o nível de serviço D o que ainda é bom  
68 resultado, disse a engenheira. Sobre a mudança de capacidade na vias em geral se trata com a ausência de  
69 estacionamento, explicou. Os capítulos dez e onze foram feitos análise em relação à questão ambiental, para isso a  
70 obra foi dividida em oito etapas considerando os impactos da fase de construção. Foi mostrada uma tabela de  
71 impactos ambientais da obra e as suas mitigações. Foi mostrado um plano de gerenciamento de resíduos conforme  
72 a norma CONAMA 307. Com relação à valorização imobiliária acredita-se que não irá gerar nenhuma condição de  
73 valorização ou desvalorização, destacando a valorização do uso misto (residencial/comercial), explicou Viviani.  
74 Em outro estudo percebi que é grande a população idosa no centro da cidade e esse uso misto favorece essa  
75 população, além de diminuir o numero de viagens motorizadas da população no entorno. Outros pontos  
76 relacionados à sustentabilidade da obra foram sobre o planejamento, a gestão de resíduos da construção, uso de  
77 tecnologias amigáveis, gestão e economia de água e energia, lembrou Viviani. Nas considerações finais destaca-se  
78 a utilização de áreas de uso misto e por solicitação do IPDSA previsões de fluxo e níveis de serviços com a  
79 instalação do empreendimento vizinho Vale da Augusta. Os maiores impactos são previstos na Av. Getulio Vargas  
80 próximo a praça da matriz, local que terá um nível de serviço E, na Av. Senador Montando que também atingirá  
81 um nível E com a instalação futura desses empreendimentos, começando a surgir situações de congestionamento  
82 necessitando de algumas ações para melhorar a capacidade e fluidez, disse Viviani. Ela explicou, por exemplo,  
83 com o controle semafórico da via, é uma ação interessante na qual você controla a velocidade do sistema e a vazão  
84 desse fluxo. Isso é uma proposta para manter a fluidez desses cruzamentos. Assim, a engenheira Viviani  
85 representando a JSX Administradora de Bens Ltda. finalizou a apresentação abrindo às perguntas dos conselheiros.  
86 A conselheira Valéria lembrou que a parte comercial já está erguida, esse EIV é só da área residencial. O  
87 conselheiro Giovanni lembrou que o prédio ocorre no cruzamento da Av. Getulio Vargas com Av. Senador  
88 Montandon, aonde era um antigo posto. Viviani explicou que entre um prédio residencial multifamiliar e um posto  
89 de gasolina, a entrada e saída de veículos é muito menor em um empreendimento residencial. O conselheiro Murilo  
90 Castro perguntou se as 60 vagas de estacionamento são suficientes e se atende ao plano diretor que estabelece uma  
91 vaga para cada 100m<sup>2</sup>. Explicou que mesmo o apartamento sendo para duas pessoas podem ocorrer situação com  
92 mais de um carro por apartamento, então já estou prevendo que alguns carros serão estacionados na rua. A  
93 engenheira Viviani explicou que hoje é recomendável uma vaga por apartamento e que as cidades estão buscando o  
94 conforto da pessoa, e o automóvel vem ocupando o espaço das pessoas. Nesse caso se fosse ofertado o dobro de  
95 vagas para o empreendimento saturaria nosso sistema viário, o que você percebe nos grandes centros é que quando



96 se faz uma obra pensando nos veículos em pouco tempo ela está saturada criando problemas de capacidade e fluxo.  
97 A pessoa quando for comprar ou morar no prédio ela já está ciente do número de vagas. Além disso, foram  
98 contempladas vagas de bicicletas e motos no empreendimento. O conselheiro Murilo Castro perguntou se os  
99 estudos foram realizados em mês de período letivo. A engenheira Viviani responde que sim, todas as contagens são  
100 realizadas em período letivo para caracterizar a condição da via, todos os dados foram coletados no período mais  
101 crítico. Na região existem os colégios Delfim Moreira, São Domingos e Dom Bosco, então o fluxo de pessoas que  
102 vão pra essas três escolas de carro é muito grande. O conselheiro Paulo Camargos perguntou se já foi apresentado  
103 um laudo de vistoria do corpo de bombeiros em relação a esse prédio. O empreendedor Luciano disse que sim, que  
104 o projeto já foi aprovado pelos bombeiros e se encontra no IPDSA, tanto do comercial como do residencial. Porém,  
105 como está em construção não está vistoriado ainda. O conselheiro Paulo Camargos perguntou com relação às vias  
106 de trânsito se vai haver necessidade de mudanças, como por exemplo, área de entrada e saída no prédio, o poder  
107 público vai ter alguma participação na modificação dessas vias, como por exemplo, colocar algum equipamento de  
108 segurança nesse sentido. A engenheira Viviani respondeu que ali no cruzamento da Av. Senador Montandon com a  
109 rua Francelino Cardoso no estudo não se recomenda que aquele trecho fique aberto, pois, apesar da conversão  
110 nesse cruzamento ser proibida no local existem apenas pinturas de faixa sendo necessário colocar uma barreira  
111 física como um canteiro central, outro ponto é a programação semaforica, isso melhoraria a fluidez. A entrada e  
112 saída de veículos no prédio é pela rua Francelino Cardoso e esta não apresenta saturação. O conselheiro Murilo  
113 Alencar perguntou se os parâmetros utilizados nesse estudo são da companhia de transito de São Paulo. Viviani  
114 respondeu que não, que esses parâmetros são de um estudo realizado em Niterói, que utiliza os parâmetros do ITE  
115 e desenvolveu outro modelo que utilizou o número de quartos e o número de vagas, para fazer a previsão do  
116 número de viagens do empreendimento, este estudo está mais próximo da nossa realidade do que o ITE. Dando  
117 sequência a reunião, o presidente agradeceu e chamou a engenheira Viviane Lima do IPDSA para apresentar o  
118 parecer do instituto sobre o empreendimento. Viviane Lima explicou que foi recebido o EIV e IPDSA fez as  
119 análises do que foi apresentado e tudo foi atendido, no caso as avenidas Getúlio Vargas e Senador Montandon  
120 permitem a verticalização, então foi considerado que tudo foi atendido e que o CODEMA podia deferir, entretanto  
121 nós trouxemos algumas condicionantes como sugestão que acreditamos ser relevantes. Sugerimos que a licença do  
122 CODEMA tenha validade por um período de dois anos vinculada ao cumprimento das condicionantes, ressaltamos  
123 que o descumprimento de qualquer uma das condicionantes propostas estará vinculado a não emissão do Habite-se,  
124 além das sanções legais que são pertinentes ao não cumprimento das condicionantes. Destaca-se que o IPDSA faz  
125 as análises do que foi apresentado, porem o instituto não tem responsabilidade técnica sobre estes estudos. A  
126 primeira condicionante proposta é em relação ao nível de ruído durante a obra. Por ser uma região residencial o  
127 nível de ruído não pode ultrapassar 55db diurno e 50db no período noturno. Como foi falado no estudo que eles  
128 terão o decibelímetro e farão o controle permanente na obra, nós sugerimos como condicionante que não  
129 ultrapassem esses valores durante toda execução da obra, ou seja, caso tenha alguma reclamação, e/ou algum  
130 técnico do IPDSA vá à obra e constate que os ruídos ultrapassaram esse volume caracteriza-se como  
131 descumprimento da condicionante. A segunda condicionante é em relação à emissão de materiais particulados,



132 como é uma área muito adensada, existe esse problema durante a fase de obras, então a sugestão é realizar a  
133 aspersão no canteiro de obras pra diminuir esse desconforto para a vizinhança durante toda obra. A terceira  
134 condicionante é em relação ao controle do tráfego de veículos de obras, caminhões, tratores, não deixar acontecer  
135 esse trânsito nos horários de pico para não piorar a situação do fluxo no local que já é muito intenso, durante toda  
136 execução da obra. A quarta condicionante foi apresentar um relatório técnico fotográfico comprovando a instalação  
137 de dispositivos individualizados que regulam o consumo hídrico, que seriam, no mínimo, aqueles hidrômetros  
138 separados por apartamento, sendo o prazo será até à hora de obtenção do Habite-se. Adailson técnico da COPASA  
139 explicou que a medição individualizada não é exigida, é sugerida aos empreendedores. O presidente explicou que o  
140 relatório de impacto de vizinhança é exigência legal, e se existem estas condicionantes são para serem atendidas.  
141 Os conselheiros Murilo Alencar e Valéria lembraram que ontem (12\07\2016) fora sancionada uma lei  
142 regulamentando os hidrômetros. O empreendedor Luciano explicou que isso onera custo a obras, e ressaltou que a  
143 COPASA não faz a leitura dentro do edifício o que faz com que o prédio tenha 55 hidrômetros na porta. O  
144 empreendedor concordou em apresentar projeto hidráulico para atender as condicionantes. O conselheiro Sebastião  
145 Donizete ressaltou que isso é uma tendência mundial, que a construtora terá que se adequar. A conselheira Valéria  
146 perguntou se havia sido apresentado o projeto da parte comercial do empreendimento ao conselho. O  
147 empreendedor Fernando lembrou que foi no ano de 2014, e que não exigia EIV naquela época. O conselheiro  
148 Giovani ressaltou que independente de ter uma lei federal, sobre isso, o estado e o município tem autonomia para  
149 serem mais restritivos. Os municípios estão caminhando para ter cada vez mais autonomia nos licenciamentos  
150 ambientais, então, nesse caso, o que o município exige, seja medidas mitigadoras, compensatórias, e essas  
151 condicionantes para determinadas atividades, desde que não sejam absurdas tecnicamente, ou algo inaplicável, o  
152 município pode exigir e colocar dentro do processo mecanismos que possa atender estas condicionantes. Se esta  
153 condicionante é uma tendência, que resolve muitos conflitos e desperdícios nos condomínios, é um ponto a ser  
154 considerado. O conselheiro Murilo Castro também destacou que isso é uma tendência mundial, que valoriza o  
155 empreendimento e que deve ser mantida a condicionante. O empreendedor respondeu que a construtora está aqui  
156 para atender as condicionantes, se o Habite-se depender do atendimento desta condicionante, será verificado se o  
157 empreendimento será viabilizado com o atendimento das condicionantes. O engenheiro Igor do IPDSA perguntou  
158 se o projeto hidrossanitário está aprovado. O empreendedor respondeu que não. Igor destacou que essas  
159 condicionantes são para o bem coletivo, e que estará valorizando o empreendimento e se o projeto ainda não está  
160 aprovado há tempo para modificá-lo. A engenheira do IPDSA Viviane Lima prosseguiu a apresentando a quinta  
161 condicionante apresentar projeto simplificado de reaproveitamento de águas pluviais com Anotação de  
162 Responsabilidade Técnica – ART, junto com o projeto hidrossanitário geral, o prazo estabelecido foi de noventa  
163 dias, mas o CODEMA pode sugerir alteração e o empreendedor pode protocolar adiamento caso necessário. A sexta  
164 condicionante sugerida foi apresentar relatório fotográfico comprovando o ajardinamento e arborização das áreas  
165 permeáveis do empreendimento conforme apresentado no EIV, para obtenção do habite-se. A condicionante sete  
166 foi apresentar tabela de controle de resíduos sólidos, conforme Anexo II, devidamente preenchida e acompanhada  
167 dos comprovantes da destinação final adequada. Durante toda obra vão ser gerados resíduos e na tabela deve-se



168 preencher a quantidade de resíduos, os tipos e a destinação dos mesmos. O prazo estipulado foi mensal, devendo  
169 protocolar semestralmente os relatórios no IPDSA, e além da tabela, em questões de doação deve-se fazer um  
170 recibo ou algum comprovante. Fica proibido a destinação de resíduos classe 1 para lixões, bota fora, e ao aterro  
171 sanitário, assim visa-se comprovar a destinação adequada dos resíduos da construção civil, destacou Viviane. A  
172 condicionante oito foi apresentar relatório fotográfico da implantação de lixeiras de coleta seletiva que comportem  
173 os resíduos gerados pelos 55 apartamentos. Viviane Lima explicou que a existência dessas lixeiras estimula os  
174 moradores a praticarem a coleta seletiva e será solicitado para entregar o habite-se. A condicionante nove foi  
175 apresentar certificado de tratamento e destinação final, realizados por empresa especializada e licenciada, dos  
176 tanques de combustíveis existentes no local. O prazo estabelecido foi de noventa dias. O empreendedor explicou  
177 que já tem contato com uma empresa especializada para remoção dos tanques e que para reutilização dos tanques  
178 em outro local ele tem que ficar aéreo inviabilizando seu aproveitamento em outros postos de gasolina ou no  
179 empreendimento. Viviane Lima continuou com a condicionante dez protocolar, no balcão da Prefeitura solicitação  
180 para abertura de processo de outorga onerosa. Apresentar ao IPDSA o protocolo do processo. Pois o coeficiente de  
181 aproveitamento passou um pouco do permitido, então terá que abrir um processo de outorga onerosa, o processo é  
182 a parte e esta condicionante visa condicionar esse processo a obtenção do habite-se. A condicionante onze foi  
183 apresentar relatório de cumprimento de todas as medidas mitigadoras propostas no Estudo de Impacto de  
184 Vizinhança - EIV. A condicionante doze foi disponibilizar um número de telefone para realização de reclamações  
185 e/ou sugestões da vizinhança. Esse número deverá ser divulgado nas comunicações escritas, previstas no plano de  
186 comunicação e, ainda, estar fixado no local da obra de forma visível. E é importante manter esse canal de  
187 comunicação até o final da obra. A condicionante treze informar de forma escrita aos moradores e comerciantes  
188 localizados na Área de Influência Direta – AID e com antecedência mínima de quatro dias, sempre que forem  
189 executados: trabalho noturno, utilização de grandes maquinários e aumento do fluxo de veículos de carga. Ou seja,  
190 qualquer atividade que for influenciar a comunidade da vizinhança deve ser informada com quatro dias de  
191 antecedência por escrito aos moradores e comerciantes. A condicionante catorze manter as atividades de  
192 construção no horário comercial e, quando necessário, solicitar, previamente, ao IPDSA a realização de atividades  
193 em outro horário. O prazo estabelecido para esta condicionante durante a execução das obras. A décima quinta  
194 condicionante proposta foi Protocolar, junto a ASTRAN, todas as propostas para mitigação dos impactos no  
195 trânsito, citadas no EIV, e, caso aceitas, os custos da implantação correrão por conta do empreendedor. O prazo  
196 estabelecido foi até 60 dias após a emissão da licença ambiental. O empreendedor explicou que toda movimentação  
197 vai ser direcionada para a rua Francelino Cardoso. O conselheiro Sebastião Donizete fez uma observação quanto o  
198 trecho de calçada do empreendimento localizado na rua Francelino Cardoso, no qual o passeio tem uma área  
199 pequena e seria recomendável que aumentasse o tamanho da calçada para conforto do próprio prédio e dos  
200 pedestres. O presidente sugeriu adicionar como condicionante um estudo de viabilidade para aumentar a calçada  
201 neste local. O empreendedor e os conselheiros concordaram com a sugestão do presidente. Dessa maneira o  
202 presidente perguntou ao conselho se poderíamos aceitar o relatório de impacto de vizinhança com estas  
203 condicionantes propostas aprovado. Sem nenhum voto contrario o relatório de impacto de vizinhança foi aprovado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ**

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ- IPDSA  
CONSELHO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE - CODEMA

204 O presidente lembrou que no processo de obtenção do projeto arquitetônico, antes da aprovação do alvará pelo  
205 IPDSA o projeto deve ser aprovado no corpo de bombeiros para evitar casos de empreendimentos consolidados  
206 que não tenham a aprovação do corpo de bombeiros, e posteriormente exige-se o EIV, pois são coisas que o  
207 CODEMA pode solicitar como o caso de hoje dos hidrômetros. Sendo assim o presidente encerrou a reunião.  
208

Nada mais havendo a tratar, eu Rodrigo Machado Ribeiro, secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente, e por ser verdade o acima exposto, dou fé.

*Rodrigo Machado Ribeiro*

Secretaria Executiva CODEMA

*Paulo de Souza Junior*

Presidente CODEMA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ**

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ARAXÁ- IPDSA  
CONSELHO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE - CODEMA